

Ecomuseu Urbano: A Assembleia/Asamblea

Osvaldo (Vado) Vergara Borges

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cláudia Vicari Zanatta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Introdução



Fig. 1. Marco Zero.
Fronteira entre Chuy/
Chuí. Acervo: Ecomuseu
Urbano. 2025.

No dia 02/08/2025, cruzamos de carro a fronteira do Brasil com o Uruguai (Imagem 1) para participar do VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Arte y Cultura Visual 2025 (SIPACV), o qual teve como proposta a criação de “[...] un espacio de reflexión colectiva bajo el formato Asamblea/Asamblea, donde artistas, docentes e investigadores trabajarán en conjunto para crear producciones que dialoguen con el eje *des/encuentros: mixturas y colaboraciones en lo poético-político*” (SIPACV, 2025, *sp*).

Neste artigo abordamos a noção de assembleia e como tal conceito foi trabalhado ao longo dos 4 dias de seminário, bem como alguns de seus desdobramentos, incluindo nesta reflexão uma ação artística de plantio participativo em Montevideu de uma muda de Araucária, proposto pelo Ecomuseu Urbano, incursão existencial em arte contemporânea dos artistas Cláudia Zanatta e Vado Vergara. Em dado momento do VIII SIPACV, a partir de discussões em assembleias, surgiu o questionamento a respeito do que seria esse formato de organização coletiva e de que modo os grupos de discussão iriam apresentar suas deliberações em um

encontro geral final com todos participantes do evento. Inicialmente, para pensarmos o conceito de assembleia, neste artigo rememoramos uma experiência de democracia participativa criada em 1989 em Porto Alegre, conhecida como Orçamento Participativo (OP) e que foi desenvolvida posteriormente, entre outros lugares, também no contexto uruguaio.

Assembleia e origem do Orçamento Participativo (OP)

Em um panorama de mudança na constituição brasileira em 1988 referente ao aumento considerável da destinação de recursos econômicos aos municípios e de uma reforma tributária local visando maior investimento de verbas públicas, acrescida a uma alteração no cenário político em Porto Alegre, que passa a ser governada por uma aliança de partidos de esquerda conhecida como Frente Popular, se produz o contexto para a criação e desenvolvimento do Orçamento Participativo (OP). Durante o OP, em Porto Alegre, a cidade de mais de 1 milhão de habitantes foi dividida em microrregiões que indicaram, mediante participação direta dos cidadãos em assembleias, as prioridades da destinação de parte do orçamento municipal. Segundo o pesquisador Luciano Fedozzi:

O Orçamento Participativo promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre é uma modalidade de gestão pública baseada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e a execução do orçamento público municipal, especialmente na indicação das prioridades para a alocação dos recursos de investimentos. (Fedozzi, 2001, p.97)

Ao longo de décadas, via OP, recursos públicos vêm sendo empregados em cada uma das microrregiões da cidade levando-se em conta, inicialmente, entre outros critérios, a participação popular, carência extrema da região e densidade populacional de cada local, sendo que, dentre algumas das prioridades elencadas pela população, constam regulação fundiária, saneamento e pavimentação. O OP, como experiência de democracia direta¹, tem como um de seus objetivos principais a construção da cidadania, a qual seria fomentada pela participação da população nas assembleias.²

Visando estimular a participação popular na deliberação direta em relação aos recursos públicos, modelos inspirados no OP foram desenvolvidos em diferentes cidades, como por exemplo, na Islândia, Estônia, Nova York e Paris.

Até 2020, moradores decidirão como gastar 426 milhões de euros - o que consiste em mais de 5% do orçamento total da cidade de Paris. Com o uso de uma plataforma online e de estações de votação para alcançar o maior número possível de pessoas, essa iniciativa representa um enorme experimento democrático para a cidade. (Morozov; Bria, 2021, p. 176)

Durante o VIII SIPACV, ao caminharmos por Montevideu rumo ao plantio de uma muda de Araucária, observamos uma placa (Imagem 2) com referência ao modelo de participação popular direta existente na cidade, denominado no contexto

uruguaio de “Presupuesto Participativo”, atestando importante presença desse processo no contexto latino-americano. Segundo a Intendência de Montevideú,

El Presupuesto Participativo (PP) asegura a los y las habitantes de Montevideo el derecho de participación para proponer y luego decidir –mediante voto secreto– la realización de obras y servicios sociales de interés vecinal, los que se financian con el presupuesto de la Intendencia de Montevideo. La construcción del Presupuesto comenzó en 1990, como parte del proceso de descentralización participativa. Es un programa que incentiva la participación departamental que se desarrolla e implementa a nivel local desde los ocho municipios. (Intendencia Montevideo, 2025, sp)



Fig. 2. Presupuesto Participativo. Acervo: Ecomuseu Urbano. Montevideú. 2025.

VIII SIPACV e Plantio

Uma das propostas do VIII SIPACV foi o compartilhamento das discussões ocorridas em assembleias menores em uma assembleia geral, sob o formato que cada grupo desejasse. Mas o que é uma assembleia? Ao escavar a origem do termo assembleia retornamos à etimologia grega da palavra “ekklesia”, cujo significado seria reunião ou congregação, podendo se referir tanto à assembleia política na Grécia antiga quanto à comunidade de cristãos no Novo Testamento, em que o termo é traduzido como igreja. O VIII SIPACV entendeu o conceito de assembleia como “[...] un formato que prioriza la escucha, la pluralidad y el disenso. Un lugar que habilite a poner en común las diversas miradas sobre los temas que atraviesan nuestro quehacer” (SIPACV, 2025, sp.). Ao longo do evento, devido justamente à participação dos membros em assembleias, a partir de diferentes pontos de vista, tal formato/conceito passou a ser colocado em suspensão e a ser interrogado. No grupo em que estávamos, durante os 4 dias de seminário foi-se criando uma espécie de impasse provocado por diferentes perspectivas dos participantes sobre o que era e como

estávamos construindo a assembleia. A assembleia, neste contexto, se manifestou como possibilidade de abertura para o dissenso, para o conflito necessário que traz desentendimento, ruído, perturbação, o “[...]des/encuentro como una forma de habitar, comprender y producir mundo” (SIPACV, 2025, sp) poderia abrir “[...] espacios de reflexión sobre la complejidad de la sociedad contemporánea” (idem). Segundo Jacques Rancière,

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de branco (Rancière, 1996, p.11).

Foi em meio a esse impasse - *el desencuentro* - que no terceiro dia da assembleia uma muda de Araucária adquirida pelo Ecomuseu Urbano em Montevideú foi incorporada pela organização do evento ao grupo de discussão e se trouxe como proposta uma caminhada até o Campus Universitário Luisi Janicki da Universidad de La Republica para a realização do plantio da muda em formato participativo. A Araucária (Imagem 3) foi muito bem recebida pelo grupo e imediatamente a organização do evento instituiu a espécie vegetal como mais um membro da assembleia, como um indivíduo dotado de direitos³. Realizada a votação sobre a realização do plantio participativo, tal proposta foi aceita pela maioria das pessoas e, na tarde do mesmo dia, caminhamos pela cidade em direção ao local do plantio, carregando coletivamente a planta. No local, a cova foi realizada pelos participantes e a árvore plantada (Imagens 4 e 5).



Fig. 3. Assembleia do VIII SIPACV com muda de Araucária. Imagem: Desireè Ferreira. Montevideú. 2025.



Fig. 4. Campus Universitario Luisi Janicki da Universidad de La Republica com Araucária e participantes do VIII SIPAVC. Imagem: Desireè Ferreira. Montevideú. 2025.



Fig. 5. Plantio da Araucária. Campus Universitario Luisi Janicki da Universidad de La Republica. Imagem: Desireè Ferreira. Montevideú. 2025.

Em meio à proposição de plantio e após a realização do mesmo nos indagamos: O que representa a imediata aceitação de um plantio como ação a ser realizada coletivamente por pessoas que estão em uma situação de dissenso? Poderia um plantio como ação positiva ser uma ferramenta de poder que pode direcionar dinâmicas e moldar desejos coletivos?

Na assembleia, a árvore passou a ser uma espécie de dissipadora de conflitos, gerando consenso em relação à importância de seu plantio. Embora nem todos tenham participado da proposição coletiva no campus Luisi Janicki, todos concordaram com a ação. Não foi esboçada nenhuma dúvida quanto à importância da

realização coletiva de uma ação positiva considerada por muitos como algo ligado ao bem-estar, preservação ambiental e à sustentabilidade. Ailton Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, narra que, quando convidado para um encontro sobre desenvolvimento sustentável, refletiu sobre essa noção de sustentabilidade como mito inventado pelas corporações para justificar a instrumentalização da natureza⁴ como fonte de recursos.

No contexto da assembleia, o consenso sobre a necessidade de plantarmos a árvore, diluiu tensões que poderiam perturbar o senso comum. O objetivo coletivo - o plantio participativo - partindo do senso comum de que o plantio de uma árvore está somente vinculado a uma espécie de bem estar e preservação ambiental, mediante assembleia, dilui um conflito que poderia trazer a possibilidade, por exemplo, de questionar a naturalização da lógica da sustentabilidade, no qual o ambientalismo na razão neoliberal, ao invés de “proteger o meio ambiente significava monetizar o comércio de carbono” (Fraser, 2021, p. 41). O dissenso em uma assembleia pode levar os/as participantes a se desapegar de crenças pessoais ao considerar outros pontos de vista, e a partir disso, outras perspectivas podem surgir:

Habitar el disenso va más allá de aceptar la divergencia, se orienta a asumirla como potencia creadora, a generar nuevos sentidos, desplazar certezas y abrir espacios para pensar lo desconocido. La provocación de una poética del disenso es, entonces, una práctica que interrumpe, un gesto que desafía, un pensamiento que se desborda. (SIPACV, 2025, s.p.)

Considerações finais



Fig. 6. Cartaz (lambe).
Imagem: Ecomuseu
Urbano. Montevideu.
2025.

Nos preguntamos ¿Cómo desafiamos jerarquías y formas establecidas de producción de conocimiento? ¿Qué ocurre cuando el saber se vuelve permeable al desencuentro? ¿Cómo damos lugar a la escucha compartida y la producción de sentido colectivo?

¿Cómo se traduce el disenso en nuestras metodologías? ¿Qué sucede cuando nos mezclamos con lo que ignoramos? ¿Cómo la colaboración puede ser una práctica que no elimine la diferencia, sino que la potencie? ¿Cómo nuestras prácticas poético-políticas repercuten en nuestra acción y reacción? (SIPACV, 2025, sp)

Ao final deste artigo retomamos as perguntas trazidas pelo seminário e rememoramos a experiência de democracia participativa do OP ao pensar o formato de assembleia como lugar de des/encuentro como um exercício poético-político participativo. Podemos entender que a assembleia tomou forma justamente por uma série de fatores complexos de uma construção feita ao longo do tempo, com acertos e erros, tentativas, fracassos, potências, tensões, concordâncias, ruído, cansaço, esgotamento, dissensos.

Entendemos que se a assembleia como exercício poético-político, se faz como tema de um evento com data pré-estabelecida para o seu fim, o conceito que move esse formato já desde o princípio estaria destituído do seu fundamento. Mas, se o fim do evento enquanto proposição de assembleia é entendido como o começo de um processo para construirmos outros formatos de discussão e compartilhamento da produção acadêmica, teríamos o início de algo produzido em dissenso e possível de ser pensado e repensado em outras edições.

O problema não é mandar cada qual para o seu canto, mas de manter a tensão que faz tender, uma para a outra, uma política da arte e uma poética da política que não podem se unir sem se auto-suprimirem. Manter essa tensão, hoje em dia, significa sem dúvida opor-se à confusão ética que tende a se impor em nome da resistência, com o nome de resistência [...] Para que a resistência da arte não esvaneça no seu contrário, ela deve permanecer a tensão irresolvida entre duas resistências. (Rancière, 2007, p.140)

Na fronteira entre Brasil e Uruguai (Chuy/Chui), em nossa viagem de volta, ao pararmos em uma praça situada exatamente no limite entre os dois países (Marco Zero) encontramos um pássaro morto embaixo de uma Araucária (Imagem 7). O procedimento poético *O Ato de Implantar* (Zanatta; Borges, 2024), do Ecomuseu Urbano, ocorre no plantio de uma espécie vegetal junto a um pássaro morto encontrado em caminhadas por cidades. No plantio no Campus Universitário Luisi Janicki não havia pássaro morto. Porém, recolhemos o animal morto encontrado no limite entre os dois países e o trouxemos à Porto Alegre dentro do escuro de uma sacola plástica, junto às malas, em cima do carro, cruzando a fronteira. Terminamos essa escrita trazendo uma reflexão sobre a frase do cartaz (lambe) que encontramos ao caminhar por Montevidéu (Imagem 6). Já vivemos em estado de catástrofe constante. E é a isso que naturalizamos, provavelmente.



Fig. 7. Pássaro morto com Araucária. Imagem: Ecomuseu Urbano. 2025.

1. Segundo Luciano Fedozzi, “[...]como reconhecia o próprio Rousseau, pai da democracia moderna, a democracia direta pura é impraticável fora das condições próprias às cidades estados gregas, em que a presença do cidadão na ágora era a única condição de possibilidade de sua plena capacidade de decidir, sem intermediários, sobre todos os assuntos que pudessem lhe interessar ou afetar sua vida (àfora a existência da escravidão e do impedimento das mulheres de exercer direitos políticos)” (Fedozzi, 2000, p,174).

2. Em 2025 o OP teve participação de 18.055 pessoas nas 23 assembleias, sendo o segundo maior público desde seu início, em 1989. Nas assembleias de 2025 as prioridades elencadas foram: “Para Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho (Dettt) a prioridade é qualificação geral de profissionais para geração de trabalho e renda. A Cultura e Juventude (CEJ) priorizou atividades de descentralização. Pela Saúde e Assistência Social, foi escolhida reforma e ampliação de unidades de saúde. Na Habitação, Organização Da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental (Hocdua), a prioridade é regularização fundiária - levantamento topográfico cadastral e pesquisa cartorial. A Circulação, Transportes e Mobilidade Urbana (CTMU) escolheu paradas, abrigos, terminais e estações. Por fim, na temática Educação, Esporte e Lazer (EEL), a prioridade mais votada foi a recuperação, manutenção, reforma e/ou construção de escolas.” Fonte: [https://prefeitura.poa.br/smgov/noticias/orcamento-participativo-de-2025-mobilizou-18-mil-pessoas#:~:text=A%20rodada%20de%202025%20do,2015%2C%20quando%2020.661%20cidad%C3%A3os%20compa-receram](https://prefeitura.poa.br/smgov/noticias/orcamento-participativo-de-2025-mobilizou-18-mil-pessoas#:~:text=A%20rodada%20de%202025%20do,2015%2C%20quando%2020.661%20cidad%C3%A3os%20compa-receram. Acesso em 1%9/2025.). Acesso em 1%9/2025.

3. “No que se refere às normativas relacionadas à temática ambiental, no contexto sulamericano tivemos um avanço em 2008 a partir de uma atualização da Constituição equatoriana, pois nela os indivíduos arbóreos passaram a ser sujeitos de direitos.” Ecomuseu Urbano: incursão existencial de um pensamento infinito em percurso. In: Revista Educacione Aperta. 31 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.educacioneaperta.it/ecomuseu-urbano-incursao-existencial-de-um-pensamento-infinito-em-percurso-or-urban-ecomuseum-existential-incursion-of-an-infinite-thought-in-process.html>. Acesso em 1%8/2025.

4. “Enquanto isso..., fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que não tenha alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza.” KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp.16-17.

Referências

- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- FEDOZZI, Luciano. **O Poder da Aldeia**: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- INTENDENCIA MONTEVIDEO. **Presupuesto Participativo**. Montevideú. 2025 Disponível em: <https://montevideo.gub.uy/area-tematica/participacion/presupuesto-participativo>. Acesso em: 30/8/2025
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A Cidade Inteligente: Tecnologias Urbanas e Democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2021
- RANCIÈRE, Jacques. Será que a arte resiste a alguma coisa? *In*: LINS, Daniel (Org.), **Nietzsche/Deleuze: arte, resistência**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Forense Universitária/FCET, 2007, p.140.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SIPACV, VIII Seminario Internacional de Pesquisa en Arte y Cultura Visual. **Desencuentros: Mixturas y colaboraciones en lo poetico-politico**. Montevideú, 2025 Disponível em: <https://www.artes.udelar.edu.uy/convocatoria-sipacv/> Acesso em: 30/8/2025
- ZANATTA, Claudia; BORGES, Osvaldo Vergara. Ecomuseu Urbano: O Ato de Implantar. *In*: ANAIS DO 33º ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP - Vidas, 2024, João Pessoa (PB), **Anais do 33º Encontro Nacional da ANPAP - Vidas**. Recife: Even3, 2024. p.1-16 Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/33-encontro-nacional-da-anpap-vidas-421945/844725-ECOMUSEU-URBANO--O-ATO-DE-IMPLANTAR>. Acesso em: 09/05/2025

Cláudia Vicari Zanatta

Artista. Professora do Departamento de Artes Visuais/IA/UFRGS, onde atua no Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais e no Programa de Pós-Graduação (PPGAV). Graduada em Artes Visuais e em Ciências Biológicas, mestra em Artes Visuais pela mesma instituição e doutora em Arte Público y Poéticas Visuais - Universidad Politécnica de Valencia (Espanha) e UFRGS. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Poéticas da Participação. Membro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4580841303139412>. ORCID: 00-0003-1312-6203 E-mail: claudia.zanatta@ufrgs.br

Osvaldo (Vado) Vergara Borges

Artista visual formado em Produção Audiovisual pela PUC-RS, Mestre e Doutorando em Poéticas Visuais pelo Instituto de Artes, PPGAV / UFRGS. Desenvolve pesquisa voltada à arte contemporânea e cidade e participa do Grupo de Pesquisa CNPq Poéticas da Participação: articulação entre poética e cidadania, no qual desenvolve pesquisa com foco nas questões urbanas e arte pública participativa. Participou de exposições coletivas e individuais e seus trabalhos já foram premiados e circularam por mais de cinquenta festivais nacionais e internacionais, museus, galerias e mostras de cinema e vídeo arte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9824357910579177>. ORCID: 0009-0003-9153-5456. E-mail: vadovergara@gmail.com